

ANDRADE, Marli T. Michelsen; Orientação de RÜCKERT, Aldomar A.; e SALDANHA, Dejanira Lüderitz.

ESTUDO DA GÊNESE E DAS TRANSFORMAÇÕES DA IDENTIDADE DE SERTÃO SANTANA¹

Marli T. Michelsen de Andrade²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

michelsena@terra.com.br

Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

aldomar.ruckert@terra.com.br

Prof^a Dra. Dejanira Lüderitz Saldanha⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

dejanira.saldanha@ufrgs.br

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é acompanhar e discernir a construção da territorialidade/identidade desenvolvidas em decorrência da ocupação da Colônia de Sertão

¹ Trabalho de conclusão apresentado ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, para a obtenção do título de Geógrafo.

² Aluna do Mestrado da UFRGS, na área de Análise Territorial

³ Professor graduado em Estudos Sociais e Geografia pela Unijuí (1978), mestre em Geografia/Organização do Espaço pela Unesp, campus de Rio Claro (1991), doutor em Ciências - Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2002) e professor pesquisador do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação/Análise Territorial da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁴ Professora graduada em Geologia na UFRGS(1977), mestre em Sensoriamento Remoto e Processamento de Imagens 1989) e doutora em Sensoriamento Remoto pela mesma Universidade(2003). Professora do PPG no Depto. de Geodésia, do Instituto de Geociências.

Santana pelos colonos imigrantes europeus e/ou seus descendentes no novo *habitat*, construída com a passagem dos anos, e o contínuo fortalecimento dos vínculos com a nova territorialidade regional. A área estudada focaliza o atual Município de Sertão Santana, localizado na região Centro-Sul do estado. Para entender as transformações que acompanharam esse processo observa-se, num primeiro momento, a desterritorialização dos recém chegados como atores de uma imigração definitiva. A apropriação da terra territorializa novamente este grupo formando uma outra identidade como consequência dos vínculos que paulatinamente se desenvolvem com o novo *habitat*, seja através do trabalho, seja em função das relações sociais que se sucedem, e que resulta na construção da identidade sertanense.

Há que se considerar como de grande importância os marcantes acontecimentos instituídos por Getúlio Vargas com relação à implantação do Estado Novo, em 1937, e a subsequente deflagração da II Guerra Mundial, na qual o Brasil se colocou em posição de beligerância frente à Alemanha. Nesta ocasião é forjada violenta transformação nesta identidade frente ao ideário estadonovista e à campanha de nacionalização. Com o término da guerra, a incorporação gradativa dos costumes brasileiros e a adoção da língua portuguesa, bem como a prosperidade devida à alta dos preços agrícolas durante a guerra e depois dela, a ascensão social dos descendentes, foram determinantes para propiciar o crescimento do sentimento de brasilidade entre os colonos.

Palavras chave: territorialidade, desterritorialidade, identidade.

OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO.

A região que atualmente configura o Estado do Rio Grande do Sul tem uma condição física e social diferenciada, longe dos centros de influência constituídos por Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, por se tratar de uma zona de transição entre a região do Prata, dominada pelos espanhóis, e o início da região pertencente aos portugueses marcada pelo Tratado de Tordesilhas, em direção norte a partir de Laguna. De caráter eminentemente fronteiro, os habitantes dessa zona de transição deixaram registradas histórias de lutas ferrenhas contra os espanhóis para manter o domínio sobre estas terras. A área

particularmente enfocada pelo presente estudo se localiza na encosta leste do Escudo Cristalino, ocupada pelos índios arachanes, seus habitantes autóctones.

Em meados do século XVIII, colonos lusos começam a ser introduzidos na Capitania Geral de São Pedro, com o objetivo de promover a ocupação destas terras para Portugal. Havia sido acordado, entre Portugal e Espanha, o *uti possidetis* no Tratado de Santo Ildefonso (1757), pelo qual é dada a posse àqueles que ocupem as terras. A coroa portuguesa disputa palmo a palmo esse território com os espanhóis.. O papel dos colonos, além de auxiliar na defesa das terras, é a produção de gêneros alimentícios básicos indispensáveis para o abastecimento das tropas, que até então se alimentam exclusivamente de carne. Tais necessidades determinam a vinda dos casais açorianos. A distribuição de sesmarias para os portugueses que prestam serviços relevantes à Coroa propiciou a criação de grandes estâncias de criação de gado mas persistem ainda enormes vazios populacionais. Em vista disso, contingentes de nacionais, constituídos por caboclos, peões, peões-soldados, mestiços, escravos, desprovidos de terras, passam a ocupar as terras devolutas e os espaços entre uma sesmaria e outra, o que traz grande desassossego aos latifundiários que sentem-se ameaçados em suas propriedades. Visando evitar um conflito pela posse das terras o governo imperial dá por encerrada a distribuição de terras em regime de sesmaria em 1822, instituindo a pequena propriedade rural através da posse, o que é modificado apenas em 1850 com a Lei de Terras. Assim, uma classe de pequenos proprietários começa a desenvolver a agricultura, modificando a situação existente até então e que era caracterizada pelo latifúndio, escravidão e monocultura. Nesse mesmo ano, 1822, o Imperador D. Pedro I corta os laços existentes entre Brasil e Portugal, proclamando a Independência, o que traz à baila a discussão de como deve ser o perfil do incipiente Estado-Nação.

No contexto de distribuição de sesmarias, Domingos Ribeiro da Cunha e seu pai, Manoel Ribeiro da Cunha, oriundos das Ilhas dos Açores, solicitam, e obtém, em 1784, dois lotes de sesmarias, constituídos por 1/2 légua de comprimento por 1/2 légua de largura e 3 léguas x 1 légua de largura respectivamente, em área situada entre os arroios Ribeiro e Capivara⁵. Além das extensas e férteis planícies, colinas e cerros de até 420 m de altura, estas terras, conhecidas como Serra de Tapes correspondem à região de matas e campos que cobrem a ponta nordeste do Planalto Cristalino. Com relevo movimentado, esta região não desperta o interesse dos criadores de gado latifundiários.

⁵ Livro de Registro nº 2 de Concessão de Sesmarias. Divisão de Terras Públicas – GRA –

Outro fato remete à primeira divisão administrativa do Estado, ocorrida em 1809. Ainda não há Estado, ainda não há Rio Grande do Sul. Existe sim a Província de São Pedro e esta é dividida em quatro circunscrições administrativas: Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha e Porto Alegre. Porto Alegre ocupa uma área imensa que, como as outras três, é dividida até chegar à configuração atual. Sertão Santana, em um momento inicial, localiza-se dentro do município de Porto Alegre.

EUROPA PRÉ EMIGRAÇÃO – IMIGRAÇÃO DE COLONOS PARA O BRASIL

No início do século XIX, em 1815, a Europa respira aliviada com o fim da guerra. Apesar da derrota de Napoleão, isso em nada modifica as péssimas condições que a Alemanha passa, tanto nas cidades como no campo, onde a estrutura de trabalho é baseada no regime feudal. Pela contínua exploração as terras tornam-se pouco produtivas. Nas cidades não há emprego embora a indústria manufatureira crie novas profissões, para as quais os camponeses, ex-servos, não têm qualificação. A Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no século XVIII, provoca profundas alterações na estrutura sócio-econômica. A industrialização traz efeitos negativos para os artesãos: pelo advento da máquina. Até então, alfaiates, tecelões, ferreiros, carpinteiros, e outros profissionais têm seu trabalho valorizado. No momento em que uma única máquina passa a produzir o que várias dezenas de pessoas produzem a competição leva-os à ruína, desarticulando os profissionais artesãos. A máquina produz mais e melhor. Os artesãos passam, assim, à condição de operários, obrigados a trabalhar muitas horas por dia por um salário aviltante.

A vacinação em massa da população determinada por Napoleão acelera o crescimento populacional. Não há empregos para ocupar tanta gente. O mercado de trabalho não se amplia na mesma proporção do crescimento demográfico. Além disso, turbulências políticas internas, que iriam resultar no seu processo de unificação, agitam Alemanha e Itália.

Por outro lado, na colônia Brasil, os filhos das famílias que constituíam as elites do sul, centro e nordeste são enviados a estudar na Europa onde, final do século XVIII, vicejam as concepções do liberalismo burguês. Estes jovens voltam ao Brasil trazendo uma ideologia que aponta para a construção de uma nação independente de Portugal e impregnados pelos preconceitos relacionados com a superioridade da raça branca vigentes no Velho Continente.

O contexto histórico da época abrange, portanto, milhares de indivíduos europeus, sem-terra, sem emprego, sem perspectiva. No Brasil, o Império preocupa-se com um possível conflito pela terra, entre latifundiários e intrusos, posseiros e demais despossuídos. A disseminação das idéias liberais, entre a elite e os intelectuais, resulta, finalmente, na Independência do Brasil o que traz à baila a discussão de como deve ser o perfil do Estado-nação que passa a se formar a partir de 7 de setembro de 1822.

BRASIL, ESTADO-NAÇÃO

Fazendo uma transposição da ideologia liberal européia para o nosso incipiente Estado-nação, o Brasil dispõe dos três elementos fundamentais e indispensáveis que viabilizam, segundo as concepções dos ideólogos do liberalismo burguês europeu em voga até 1880, a construção da nossa nacionalidade⁶. O primeiro destes critérios é a sua associação histórica com um Estado existente, com características nacionais bem definidas. O Brasil deixa de ser colônia de Portugal mas é ainda conduzido politicamente por um Imperador português. A associação/subjugação que acaba de ser dissolvida abre espaço para que o Brasil, por sua vez, busque os caminhos para a construção de sua própria nacionalidade. O segundo critério aponta para a existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possua um vernáculo administrativo e literário escrito. Ao contrário da Itália e da Alemanha que, no momento, não dispõem de um território unificado com o qual possam se identificar, o Brasil possui um imenso território, unificado pela estratégia lusitana que sempre agiu no sentido de evitar segmentações territoriais. Fala-se o português, quando muito mesclado com os idiomas indígenas ou com os falares africanos. Evidentemente há diferenças regionais no idioma, mas o que permeia as comunicações verbais e escritas como um todo é a língua portuguesa. O terceiro critério é dado por uma provada capacidade para a conquista. Nosso país vive ainda um período de ajuste das fronteiras e o povo da Província de São Pedro do Rio Grande tem sua história atrelada às incontáveis lutas com os povos platinos em defesa das fronteiras do sul.

Ainda nas décadas de 1840, 50 e parte da 60⁷, a preocupação na Província de São Pedro do Rio Grande com o delineamento do perfil do Estado que está sendo implementado é demonstrada através dos discursos provinciais da Assembléia Legislativa. Estes discursos chamam a atenção para a necessidade de ser feito um branqueamento da população a fim de que a vastidão de terras desocupadas não seja povoada por negros, mestiços, índios e caboclos, miscigenados com açorianos, que são os elementos,

⁶ Hobsbawm, 1997, p.49

⁷ Piccolo, 1997, p.166-167

até então, que formam a população da Província⁸. A construção da nação implica na criação de uma identidade nacional brasileira, o que no sul é muito problemático devido ao próprio processo histórico regional. Cabe ao Estado em formação não só construir a nação mas também esboçar o perfil do povo que vai formar sua população no futuro, e essa nação deve ser restrita aos brancos.

A imigração de europeus, preferencialmente alemães e italianos, é planejada, assim, para fortalecer o povoamento do território sulino, viabilizando núcleos de pequenos proprietários agrícolas capazes de fazer um contraponto ao latifúndio, ao poder da oligarquia regional. Os imigrantes devem auxiliar no processo de branqueamento da população e, eventualmente, servir como “bucha de canhão” para a Guerra da Cisplatina que já se desenha no horizonte. Para tanto, é firmada a Resolução de 31 de março de 1824, que desencadeia o processo imigratório.

IMIGRAÇÃO ALEMÃ

Em 1824 é iniciada a imigração alemã para a Província de São Pedro. Os colonos trazem consigo conhecimentos e técnicas aqui ignorados. Estabelecem-se em terras que, originariamente doadas, a partir de 1854 passam a ser compradas em longo prazo. Nesta mesma época, os lotes diminuem de tamanho: em 1848, de 77 ha passam a 48 ha. Atualmente a colônia de terra padrão mede 25 ha⁹. Instalam-se primeiramente nos vales dos rios dos Sinos e Caí em região florestal de pouco interesse para os latifundiários. Abrem-se picadas, criam-se escolas, e, nos primeiros anos, só a solidariedade os tira da miséria. A partir de 1840 a produção agrícola passa a ser exportada para o centro do país. Milho, feijão, batata, mandioca, trigo, bem como toucinho e banha, uma especialidade de alto valor, compõem o produto do esforço dos colonos no trato da terra. Assim, a presença do imigrante europeu no Rio Grande do Sul contribui para diminuir a relativa estagnação que atravessa a pecuária, com visíveis reflexos na economia regional. A expansão progressiva da exportação dos produtos coloniais, associados aos produtos pecuários tradicionais, concorre para que, na virada do século, o Rio Grande do Sul seja cognominado de “o celeiro do país”¹⁰.

Além dos vestígios físicos da ocupação da área onde se insere o Município de Sertão Santana, tais como construções e túmulos datados daquele período a partir de 1824, é importante acrescentar os depoimentos dos diversos entrevistados dessa localidade para a elaboração do quadro que mostra os primórdios da colonização européia nesta região. Para melhor entendimento, é interessante adiantar-

⁸ Ibidem, p.165

⁹ Lando, 1956, p.51

¹⁰ Pesavento, 1984

se no tempo e chamar a atenção para o fato de que as terras que compõem o atual município de Sertão Santana não são constituídas unicamente por aquelas que formam o 4º distrito de Guaíba. Por ocasião da emancipação (1992), são incorporadas, ao sul, áreas vizinhas pertencentes a Tapes (Pirapó, Emboaba) e, a oeste, as linhas Alfredo Silveira, Artur Vilela e Fernando Abott que fazem parte de São Jerônimo¹¹.

Ao desencadear-se o processo de imigração, em 1824, os alemães, vindos de navio até o porto de Rio Grande, são transferidos para um vapor de menor calado que os conduz a Porto Alegre. Segundo as entrevistas, em Porto Alegre os casais são submetidos a uma triagem, considerando, entre outros critérios, a pureza da etnia do casal e suas habilidades profissionais. Os casais formados por etnia pura, ou seja, ambos os cônjuges pertencendo a uma mesma etnia, são encaminhados para São Leopoldo ou para as demais colônias que se estabelecem no Vale dos Sinos. Os casais compostos por etnias mistas são novamente colocados no vapor e desembarcados em São Jerônimo. Dali partem para o sul com o objetivo de colonizar terras, e, sem qualquer assistência, são dizimados por falta de alimentos, remédios, doenças e por animais. Mesmo assim, restam alguns sobreviventes, encontrados pelos novos colonizadores que chegam para ocupar Barão do Triunfo e Mariana Pimentel em 1888 e, quatro anos mais tarde, em Sertão Santana. A prof^a. Matilde Kanitz revela em entrevista que, quando da execução do primeiro censo realizado pelo IBGE em 1º de setembro de 1940, é informada, pelos próprios recenseadores presentes na região que 90% dos casais de colonos ali instalados são constituídos por etnias e religiões mistas. Histórias familiares, construções, e indicações nos cemitérios¹² demonstram que, efetivamente, a ocupação dessa região ao sul do Jacuí, já a partir de 1825, é um fato. O projeto para a criação da colônia Barão do Triunfo, pertencente a S. Jerônimo, com efetiva demarcação de terras, apresentando as Linhas Alfredo Silveira, Artur Vilela e Fernando Abott bem como partes dessas colônias, encontra-se delineado desde, pelo menos, 1861.

A Abolição da Escravatura, em 1888, registra uma grande mudança social em nosso país. Não menos importante, a proclamação da República, em 1889, traz consigo profundas mudanças políticas. Com a Abolição, acentua-se o crescimento das correntes imigratórias pois desaparece o mais forte fator de repulsão ao imigrante, que é o trabalho servil. No período de transição entre a Monarquia e a República, são abertas as melhores perspectivas para a imigração e marcam-se alguns atos legislativos a ela relacionados. Um

¹¹ Lindoerbo Pontes, Prefeito Municipal, entrevista em 2003

¹² Schwalm, 1998.

destes, a Lei nº 1403 de 9 de junho de 1882, autoriza a venda de terras da Província a particulares ou a empresas que se obriguem a colonizá-las.

A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 estabelece liberdade de ação para os Estados¹³, o que tem como consequência a descentralização dos serviços imigratórios, com o Governo Federal passando esses encargos para os governos estaduais. Passam a ocorrer restrições à imigração e, antes de findar o século XIX, o assunto imigração está praticamente abandonado pelo Governo Federal: contratos estabelecidos com as sociedades de colonização são rescindidos e a Inspetoria de Terras e Colonização é extinta em 1897. Ao alvorecer do século XX, o Governo Federal encerra o financiamento à imigração, o que representa importante golpe na atração das correntes imigratórias para o Brasil.

Nesse contexto, empresas de colonização particulares beneficiam-se de lei que autoriza a venda de terras da Província a particulares ou a empresas que se obriguem a colonizá-las, e tomam a si o encargo de demarcação e venda de glebas para os imigrantes e demais interessados na aquisição dos lotes.

IMPLANTAÇÃO DA COLÔNIA DE SERTÃO SANTANA

Após 1860, Porto Alegre começa a sair do estado de estagnação econômica em que se encontra desde o declínio do ciclo do charque, ao sul do estado. As atividades econômicas desenvolvidas pelos imigrantes europeus organizam-se e os investimentos feitos passam a gerar acumulação de capital.¹⁴ Em vista desse capital acumulado, a Companhia Colonizadora Rio-grandense, pertencente ao Comendador Eduardo Secco, atuando como agente colonizador particular, adquire 3.150 ha da gleba concedida ao sesmeiro Domingos Ribeiro da Cunha, e demarca-a em lotes de 48 ha, que são vendidos aos colonos que vêm ocupar a Colônia de Sertão Santana. A noroeste dessa colônia é possível adquirir lotes duplos e assim se origina o nome da localidade da Dodbrada.

No discurso proferido por ocasião da celebração dos 100 anos de benção da primeira Igreja de Santa Ana, em breve relato histórico, encontra-se referência à demarcação de terras em 1892,

¹³ Após a Proclamação da República as Províncias passaram a ser Estados. Antes disso, porém, segundo Rückert, 1997, p. 49/50:

Entre agosto 1760 a setembro 1807: constituição do Governo do Rio Grande de São Pedro; setembro 1807 a março 1824 – Capitania Geral de São Pedro, autônoma; março de 1824 a novembro de 1889 – Província do Rio Grande de São Pedro do Sul; 15 de novembro de 1889 : Estado do Rio Grande do Sul (apud Fortes & Wagner, 1963:86)

¹⁴ Strohaecker, Tania

através do Comendador Eduardo Secco, em colônias simples e colônias dobradas. Em depoimento, o Pe. André Rybarczyk, pároco da Igreja Católica de Santa Ana(2003), em Sertão Santana, revela que, por volta de 1850/60, chegam na região os primeiros colonizadores, franceses e espanhóis. As Linhas Saint Brisson e Derosse, denotam a presença dos franceses. Ao chegarem os alemães, encontram parreiras em certo local que passaram a chamar rosein, e esta designação acabou evoluindo para Linha Rosina. As famílias francesas Chocard e Aubin possuem lápides no cemitério católico que datam de 1895. Os espanhóis Tejada e Bujais também deixam registros de sua presença. Consta que não houve qualquer ajuda governamental. Outro dado concreto da presença destes colonizadores é a benção da primeira Igreja Católica, em 18 de outubro de 1895, e cuja construção leva aproximadamente 20 anos, segundo o Livro Tombo da Cúria de Guaíba. O Livro Tombo narra minuciosamente os fatos marcantes de uma paróquia. Ao redor de 1850 e 1860, os primeiros colonizadores franceses, por devoção a Santa Ana, deram nome ao lugar.

Em pesquisa realizada sobre esse momento histórico, o geógrafo Jean Roche identifica o processo migratório levado a efeito pelos filhos dos colonos e ao qual ele dá o nome de enxamagem. A grande fecundidade demonstrada pelos colonos representa um fator de expansão das colônias e configura divisão de terras. Na primeira geração a média de filhos é de 8,5 por casal. Já na segunda geração aumenta para 10,4 filhos/casal¹⁵. As terras transmitidas por herança sofrem divisões sucessivas e diminuem a cada partilha, o mesmo ocorrendo por ocasião do casamento dos filhos.

Em 1859, o Império realiza um recenseamento geral, no qual é atribuído ao conjunto das colônias um total de 20.493 habitantes. Já no início do século XX, a população alemã, contando imigrantes e descendentes, é computada em 200.000 almas, ou seja, multiplica-se por dez. A divisão das propriedades coloniais acaba por determinar a busca de novas terras para serem ocupadas pelas novas famílias. Outro aspecto a ser considerado refere-se à especulação imobiliária: alguns colonos optam por vender suas terras com as matas derrubadas aos recém chegados e partem para locais mais distantes a fim de adquirir novas glebas a serem desbravadas, e que são também revendidas, quando tem seus preços valorizados.

A ocupação da colônia de Sertão Santana, em síntese, é feita pelos seguintes grupos:

¹⁵ Roche, 1969. p.324

- por uma leva de sobreviventes de imigrantes vindos no início da imigração oficial para o estado e que são desviados para o sul do Jacuí pelo Porto de São Jerônimo;
- por uma mescla de imigrantes alemães e pomeranos chegados em diversas épocas a partir de 1892; a etnia pomerana torna-se numericamente importante na região;
- por descendentes de imigrantes instalados em Nova Petrópolis, Picada Café, e outras antigas colônias;
- por colonos desbravadores que tem por objetivo a elevação do preço das terras e a especulação fundiária;
- por alguns franceses, italianos e poloneses, predominando o elemento alemão ou descendentes.

A literatura indica que, em 1874, é reiniciada a corrente imigratória para o Rio Grande do Sul, que atrai para a Serra do Erval uma leva de imigrantes poloneses, complementando o povoamento misto, inclusive, com elementos nacionais. Em 1888 é instalada a colônia imperial Barão do Triunfo para imigrantes italianos predominantemente e alemães em menor número. A vila de Serra do Erval é rebatizada, posteriormente, com o nome de Mariana Pimentel, em homenagem à esposa do então Presidente da Província, Dr. Galdino Pimentel.

Chega-se, portanto, à conclusão de que, mesmo não havendo estradas, o isolamento não é tão avassalador quando da instalação da colônia de Sertão Santana, ao redor de 1892, quanto daqueles colonos que chegam para habitar as colônias velhas ou aqueles que são enviados para o sul, através de São Jerônimo. Contam os entrevistados que, em Mariana Pimentel, há um moinho com roda d'água. Para terem acesso a ele, os colonos instalados na Dobrada fazem uma picada tão reta quanto possível entre as duas localidades. Saem da Dobrada por volta de 3 horas da madrugada, a pé, com um saco de milho com 20 kg às costas, carregando uma taquara preenchida com banha e um pavio que serve para iluminar o caminho na ida e na volta. Chegam em casa perto da meia noite, com sua sacola carregada com farinha de milho. Posteriormente, Henrique Dreschler instala-se na Dobrada e constrói o primeiro engenho de beneficiamento de arroz. É ele quem introduz o uso do querosene no local.

O idioma falado inicialmente é o alemão que, aos poucos, transforma-se em um sistema de linguagem, produto da combinação dos idiomas trazidos da região de Hunsrück, da Bavária, da

Boêmia, da Pomerânia, e/ou das antigas colônias, que já falam um alemão bem diferente daquele falado na Alemanha na época em que seus antepassados emigram para o Brasil.

Apesar da precariedade das vias de acesso, passa a ocorrer um movimento comercial constante. Esse movimento dá-se entre os colonos de Sertão Santana, os poloneses de Mariana Pimentel, os lusos e caboclos da Barra do Ribeiro, os pomeranos da Bandeirinha (distrito de Jaguarão) e com os italianos de Barão do Triunfo. Comercializa-se a cachaça produzida pela maioria das famílias nos primeiros tempos e depois o arroz e os produtos coloniais.

O arroz, levado para a Barra do Ribeiro em carroças com capacidade para transportar 25 sacas por vez, é vendido nos engenhos. Na volta trazem o sal, açúcar, café, tecidos e outras mercadorias que não são produzidas nas propriedades. Barcos a vapor, que navegam na Laguna dos Patos vindos de Porto Alegre, abastecem Barra do Ribeiro com os produtos necessários às colônias. O cartório localiza-se em Mariana Pimentel e lá são feitos os casamentos e tratados os assuntos relacionados com as propriedades. A região, com matas que se desenvolvem nas escarpas dos morros, favorece a instalação de serrarias. E os campos, distribuídos nas várzeas dos arroios, são o terreno ideal para o cultivo do arroz, largamente explorado até a implantação das lavouras de fumo, atualmente a principal fonte de receita do município.

A IDENTIDADE TERRITORIAL

Os imigrantes que instalam-se no sul do Brasil manifestam um comportamento preenchido pela identidade alemã, diferenciada conforme a região de origem. Face à vinda para cá, os vínculos com a pátria são cortados. Isso implica em um processo de desterritorialização, significando a desterritorialidade, nesse primeiro momento, a perda parcial dos valores culturais e sociais, e a desapropriação das relações de poder atribuídas ao território por eles criado em suas origens¹⁶. Tais relações de poder vinculam-se aos fluxos comerciais e à produção, que são cortados com a antiga pátria. Ocorre a transposição da identidade alemã para a nova pátria, o Brasil, e a projeção desta identidade no novo habitat alavanca a construção de uma nova territorialidade. A construção de vínculos com o novo habitat concretiza-se através do trato da terra, pela construção das escolas, vendas, igrejas, cemitérios, relações sociais que se impõem na comunidade. Em última análise, pela solidariedade reinante entre os colonos que os

¹⁶ Raffestin, 1993, p.145

mantém num sistema de proteção mútua. Os colonos dedicam-se a trabalhar na construção do seu território, instalados em suas linhas, no novo país. Empenham-se não só na construção do novo território mas também na elaboração de vínculos com esse território. Suas vivências são impressas nas paisagens, reforçando-as, refletindo sua cultura, seus costumes, e, elaborando ao longo do tempo, de maneira relacional, essa nova identidade, a sertanense.

A organização do território em esferas de influência é bastante evidente nessa nova colônia, com a presença do elemento instruído representado pelos médicos e pastores, pela presença do colono alfabetizado e pela vinda de negros e caboclos que se instalam no Morro do Emboaba. Estas camadas implicam na diferenciação social feita no seio da própria comunidade.

Segundo relatos dos arquivos da Igreja Luterana, os imigrantes alemães tem a preocupação de construir escolas nas quais possam educar seus filhos segundo a fé cristã luterana e realizar os cultos. Num segundo momento procuram edificar seus templos. Como não há professores, estes vêm da Alemanha e são sustentados pelas famílias de imigrantes. Face a essa narrativa, constata-se que, embora vínculos são construídos com o novo habitat através da apropriação da terra, o ensino é ministrado em alemão bem como os cultos na igreja evangélica. Ensino e religião são fatores que formam vínculos com o território e o governo brasileiro não se empenha em instalar escolas que ensinem a língua portuguesa nas colônias. Através das entrevistas, verifica-se que os vendeiros e comerciantes em geral aprendem o português unicamente para mercadejar com os lusos e colonos de outras etnias. Na esfera doméstica e social fala-se apenas o alemão. Este fato demonstra que, até o momento da nomeação da primeira professora que ensina em português, em 1926, a língua falada representa o fator de afastamento em que o colono se mantém com relação às demais etnias, fechado em sua comunidade.

Este sentimento imponderável que, no momento, estrutura a identidade territorial em formação, detém a aprovação e o apoio das igrejas evangélica e católica, enquanto mentores da coesão e do bom relacionamento na comunidade. Não é de desprezar-se, no conjunto de elementos formadores da identidade sertanense, o aumento e diversificação da produção agrícola, trazendo fartura e satisfação às famílias que auferem os bons

resultados de sua dedicação à terra. “Terra” aqui significando também território, enquanto chão/terra, matéria de exploração agrícola¹⁷.

CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS COM O TERRITÓRIO

No ano imediatamente posterior à fixação dos colonos em Sertão Santana, 1893, é instalada a primeira escola pública, apenas para o sexo masculino, na qual o ensino é transmitido em alemão, o que prejudica enormemente a aculturação e integração da colônia. Segundo as entrevistas, a escola é freqüentada tanto por meninos descendentes de alemães como também por filhos de colonos italianos. A instalação de escolas nas colônias é prevista por lei provincial mas essa lei não é posta em prática. Os imigrantes, embora desprovidos de riquezas materiais são pessoas relativamente cultas, que possuem pelo menos instrução fundamental. Para que seus filhos tenham algum conhecimento, são os próprios colonos que procuram criar e manter as escolas. Os mestres, vindos da Alemanha, quase sempre ignoram a língua portuguesa. Mesmo assim, o ensino ministrado evita que seus filhos cresçam na ignorância.

São colonos com essa formação cultural, descendentes em segunda, terceira ou até quarta geração dos primitivos imigrantes, que povoam Sertão Santana. Por outro lado, há também imigrantes recém chegados, famílias de religiosos, médicos, farmacêuticos e que acabam por tornar-se os líderes naturais da comunidade e que conservam o alemão como idioma comunal. Em torno de 1928 chegam em Sertão Santana, vindos da Alemanha, o Dr. Nels, médico cirurgião, Dr. Merten, médico clínico geral, o Dr. Sontag, farmacêutico, e sua esposa. Frau Sontag teve importante papel junto às jovens da comunidade, ensinando-lhes as artes do bordado, crochet e tricô, bem como do canto.

Ainda um outro fator contribui para dificultar a transmissão cultural entre os descendentes dos colonos. Em vista da necessidade de braços nas lavouras, vendas, serrarias, ferrarias, todos componentes da família participam do trabalho interminável que há para fazer. Assim, a maioria dos jovens estuda apenas até o 4º ano do ensino fundamental.

Raros indivíduos da raça negra e indígenas transferem-se para Sertão Santana antes do final do século. Não há efetivamente registro, ou lembrança, da presença de elementos indígenas interagindo com os colonos, a não ser aqueles instalados na região do Emboaba.

¹⁷ Rückert, 1997, p.34

Eles são habitualmente discriminados pelos descendentes dos imigrantes, que os consideram indolentes, imprevidentes e predispostos a largar o trabalho por qualquer motivo. Existe também dificuldade de comunicação pois, como já citado anteriormente, são poucos os colonos que falam o português. Elementos luso-brasileiros também ajudam na colonização mas em número muito reduzido. Eles vivem anteriormente em Mariana Pimentel e em Guaíba, que torna-se sede do município a partir de 1926, e costumam exercer funções públicas servindo, portanto, de ligação entre os colonos e o governo. Quando Guaíba emancipa-se (1926), é nomeado para Sertão Santana, então 4º Distrito de Guaíba, o primeiro sub-intendente, Sr. João Kehl.

Aproximando o novo município à capital e à sede da igreja evangélica, em meados de 1930 é instalado um posto de serviços postais que se incumbem de fazer a distribuição do Correio do Povo e de um jornal mensal editado pelo Sínodo Riograndense, de São Leopoldo.

A venda representa o ponto de encontro entre os colonos. É extremamente importante o papel do pequeno comerciante¹⁸ que oportuniza as trocas de produtos coloniais, fornecendo tecidos, enxadas, sal, e comprando a produção dos colonos a preços baixos. A venda está presente desde o início de qualquer colônia. Frequentemente possuem um açougue anexo para a venda das carnes de porco e de banha. Pode também atuar como local de pousada para os viajantes e, muitas vezes, é utilizada para a realização de bailes. Por tudo isso, localiza-se em locais estratégicos, de fácil acesso. É o comerciante, e não o pequeno proprietário, quem mais se beneficia com o desenvolvimento da agricultura.

As características pessoais básicas dos colonos que se instalam em Sertão Santana são sua dedicação ao trabalho, espírito pacato e ordeiro, religiosidade, preocupação com a moral e os bons costumes, o amor ao seu grupo familiar. Desenvolvem-se diversas entidades culturais, como clubes de canto, de música, canto coral, grupos de bolão e bandinhas. Desta maneira integram-se os membros da comunidade ao mesmo tempo em que são mantidas a cultura e as tradições alemãs. O espírito de germanidade é cultivado pelo grupo social através dessas atividades

ESTADO NOVO E INTEGRALISMO

Em decorrência do trabalho árduo e da perseverança, a colônia prospera e conserva, como pano de fundo em todas as suas atividades, os traços culturais e os hábitos germânicos

¹⁸ Roche, 1969, p.579 e Rückert, 1997, p.44-46

que os habitantes herdaram de seus pais. A língua alemã é a base da comunicação entre as pessoas e, um número reduzido, em geral os comerciantes, aprendem o português, visando as transações comerciais. As escolas ainda são mantidas, em sua maioria, pelos colonos embora haja uma escola municipal cuja professora ensina em português. A religião protestante tem seus cultos em alemão, e os coros mistos ou de vozes apenas masculinas ou femininas, apresentam-se cantando em alemão. A Igreja Católica, com seu número considerável de adeptos, reza suas missas em latim. Os kerbs são realizados anualmente. Os jornais trazem as notícias de fora. As ligações culturais com a Alemanha são alimentadas através dos laços afetivos com a mãe-pátria embora os colonos não pensem em retornar à terra de seus ancestrais.

Estes elementos demonstram que há um embasamento consideravelmente bem definido que serve para dar suporte para a identidade dessa comunidade. Esse gênero de vida prolonga-se com poucas alterações por alguns anos, havendo a incorporação do rádio como novidade, o qual é introduzido em nosso país na virada do século. A I Guerra Mundial igualmente não traz modificações acentuadas ao modus vivendi do sertanense, que, apesar da crise mundial, continua a desenvolver-se. Entretanto, no seio da intelectualidade brasileira, evidencia-se uma crescente consciência nacionalista, que aponta a diversidade como ameaça à integridade da nação.

Os acontecimentos que se desenrolam na Alemanha e a ascensão de Hitler ao poder, impulsionados ou não pela propaganda feita pelos elementos que fazem a apologia ao nazismo, refletem-se nas colônias alemãs no Brasil ocasionando um revigoramento do ufanismo germânico.

Mesmo existindo a manutenção desse sentimento de germanidade, (as pessoas entrevistadas em Sertão Santana desconhecam o termo Deutschum, que significa a exaltação desse sentimento) existe sim, segundo eles, um empenho consciente em preservar a identidade étnica e cultural alemã, um sentimento que os aproxima, em nível imaginário, da pátria dos seus ancestrais alimentado pelo culto às tradições e aos costumes, e também pela presença de pastores evangélicos alemães, que exercem suas funções na Igreja por alguns anos e retornam à Alemanha, deixando nas paróquias os vestígios de sua influência. Apenas na década de 60 pastores evangélicos brasileiros

passam a ser designados para Sertão Santana, egressos da Faculdade de Teologia do Sínodo Rio-grandense, de São Leopoldo.

O instinto de preservação forma elos de ligação dentro da comunidade, que atuam como escudos de proteção mútua e de solidariedade diante das dificuldades. Este processo em que os descendentes de estrangeiros fecham-se sobre si mesmos em suas comunidades é denominado pelas autoridades constituídas na época do Estado-Novo de *quistos étnicos*.

Em Sertão Santana, existe muita simpatia pela pátria dos antepassados e o desejo de que o Brasil, mesmo que não se alie à Alemanha, ao menos permaneça neutro, caso a guerra seja deflagrada. Os colonos mantêm-se informados com notícias da Alemanha através dos aparelhos de rádio presentes em todas as lares. Consideram-se, entretanto, pertencentes à pátria brasileira.

Apesar de o governo brasileiro manter boas relações com a Alemanha até o final da década de 30 e do próprio Presidente Vargas ter afirmado em 1937 seu conceito sobre os descendentes de colonos alemães, chamando-os de “ordeiros, trabalhadores, patriotas e perfeitamente integrados na vida nacional”¹⁹, o temor de uma conspiração nazista em nível internacional fez algumas autoridades, em especial as ligadas à Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, passar a encarar com suspeição todos os cidadãos de origem germânica, colocando muitos deles sob vigilância e dando início a diversas formas de repressão. Após 1938 as preocupações nacionalistas do Estado Novo gradativamente vão se alterando, dado o acirramento do Deutschum na Alemanha e também nos núcleos germânicos localizados no Brasil e diretamente estimulados pelo III Reich através dos parteigenossen.

Através dos dados coletados nas entrevistas, não foi detectada na região a presença dos Parteigenossen aos quais se refere René Gertz,²⁰ ou seja, membros do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) que viviam no Brasil, empenhados em divulgar a política nazista vigente na Alemanha, no período entre as duas guerras. Esse autor pesquisou a presença desses elementos alemães no Brasil e contabilizou em torno de 500 elementos só no Rio Grande do Sul, espalhados na prática de diversas atividades,

¹⁹ Álbum Oficial do Sesquicentenário, p.25, apud KIPPER 1979, p.9

²⁰ Gertz, 1987, p.202

sendo que sua meta mais importante era fazer a divulgação do nazismo e conquistar simpatizantes para aquela causa.

CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO, OU NACIONALISMO

A idéia de nacionalização de populações brasileiras de origem não-lusitana vem de longa data. Desde o século passado, "brasileiro" é considerado apenas aquele que se enquadre e na tradição portuguesa ou luso-afro-indígena. Na Constituição de 1934 a discussão sobre este tema é bastante forte, sendo deliberado um sistema restritivo de quotas para a entrada de imigrantes. Simultaneamente, o governador de Santa Catarina (Celso Ramos) move intensa campanha de nacionalização contra os *quistos étnicos*. No Rio Grande do Sul, em atitude antagônica à do governador vizinho, o governador Flores da Cunha constitui-se em entrave para a difusão da nacionalização. Certamente em decorrência disso, ao ser deposto o governador gaúcho, a campanha de nacionalização irrompe no Estado de forma tão forma tão abrupta²¹. E, a partir de 1938, a Campanha de Nacionalização toma vulto, instituindo o uso exclusivo da língua nacional nas escolas, cultos, repartições públicas, reuniões sociais, vias públicas e até nos domicílios. No auge do processo é também proibida a imprensa em língua estrangeira. A aculturação dos descendentes de imigrantes passa a ser buscada por todas as formas, inclusive utilizando-se a repressão como regra comum.

Em momento preliminar, a nacionalização é pensada como um processo a ser implantado gradativamente no país. Pretende estabelecer nas escolas os elementos fundamentais da nacionalidade, corrigindo o erro de governos passados que não haviam, até então, através de medidas concretas, propiciado aos filhos dos imigrantes a oportunidade de aprender o português²².

Entretanto, mesmo com as constantes declarações dos descendentes de alemães de que sua pátria é o Brasil, onde nasceram, e o empenho das escolas no ensino do português²³, em 1942, quando o Brasil declara guerra à Alemanha, o governo chega a perder, em certo momento, o controle sobre a nacionalização. A ação repressiva é inicialmente mais seletiva, visando preferencialmente nazistas e alguns integralistas, mas depois de 1942 se

²¹ Gertz, 1991, p.31

²² Kipper, 1979, p.17

²³ Gertz, 1991, p.313

volta de forma generalizada contra tudo que é "alemão" ou relacionado com o "Eixo". Além da repressão institucionalizada, há também a não-institucionalizada que parte da população nacional, através de depredações a patrimônios privados, destruição de estátuas, bustos, bandeiras, símbolos estrangeiros em vias públicas, pessoas com sobrenome alemão ou italiano colocadas sob suspeita e a existência de alguns elementos delatores dentro das próprias comunidades envolvidas.

A NACIONALIZAÇÃO DURANTE O ESTADO NOVO

O Estado Novo instala-se no poder em 1937, através de golpe de Getúlio Vargas. Trata-se de um regime de feições fascistas implantado no Brasil naquele ano, quando o então presidente Getúlio Vargas investiu-se de poderes plenos no governo através da Constituição por ele mesmo encomendada. Assim, os estados perdem sua autonomia frente ao Governo Federal e interventores estaduais passam a ser designados pelo próprio Governo Federal.

Visando por em prática e promover o novo regime é posto em funcionamento o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) a partir de 1939. Seus objetivos principais são a divulgação da imagem do regime e o combate a todas as vinculações que sejam contrárias a ele. Com a entrada do Brasil na II Guerra começam a aparecer preocupações mais fortes com os conflitos internos, fortalecendo uma orientação que alimente a idéia de unidade nacional, muito mais identificada como "segurança nacional". Essa é a característica do nacionalismo até o final da ditadura de Vargas²⁴. Embora as notícias dos afundamentos de navios brasileiros pelas forças alemãs façam com que aflore o patriotismo dos descendentes de alemães, e eles aceitem como lógica a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, nem por isso tal patriotismo impede que sejam o *bode-expiatório* das autoridades constituídas, que utilizam o pretexto da etnia estrangeira para praticar atos de repressão e perseguição.

²⁴ Spenthof, 2002, p.36

A campanha realiza-se em dois níveis, a saber, o educativo e o repressivo e as duas formas de ação são representadas, respectivamente, pelo Secretário de Educação, J.P.Coelho de Souza e pelo Chefe de Polícia, Aurélio da Silva Py.

A ação repressiva é desencadeada logo no início do Estado Novo atingindo num primeiro momento integralistas e nazistas em especial, a partir de 1938. Gradativamente, porém, o aparelho repressivo se generaliza e se brutaliza, ampliando sua ação. Muitas vezes disputas pessoais são transformadas em perseguição, e estas geram efeitos danosos para as populações de origem alemã. A declaração de guerra entre Brasil e Alemanha, em 1942, representa um marco no acirramento desse sistema.

A ação nacionalizadora no campo da educação se verifica de forma abrangente logo após a implantação do Estado Novo. São designadas “moças que salvam uma geração”, segundo reportagem na Revista do Globo²⁵, para substituir os professores das comunidades alemãs, proibidos de continuar com sua atividade docente. A nacionalização é planejada, inicialmente para, através das escolas, disseminar os fundamentos da nacionalidade. Entretanto, devagar num primeiro momento e com muito impacto após 1942, ela torna-se descaracterizada de seus objetivos primeiros, transformando-se em agente de medidas repressivas arbitrárias, dentre as quais a mais significativa é a proibição de se falar o idioma alemão.

É importante assinalar a diferença entre nazismo e integralismo, entendendo-as como organizações não gêmeas, embora apresentem características comuns, entre as quais se destacam a visão autoritária e poder carismático do chefe. A diferença básica se dá pelo fato de o nazismo ser reconhecido com um sentimento de germanismo exaltado, ao passo que o integralismo preconiza a exaltação dos valores de uma genuína cultura brasileira²⁶. As autoridades governamentais, temerosamente, superestimam tais fenômenos, sobretudo uma eventual presença do nazismo nas colônias alemãs, criando a visão do “perigo alemão”. O nazismo e o germanismo relacionam-se a um sentimento de ligação com a pátria-mãe, ao passo que o integralismo se coloca como uma expressão de nacionalismo brasileiro, causando, portanto, muita confusão no seu entendimento pelas comunidades alemãs que viviam no Brasil.

²⁵ Gertz, 1991, p.312

²⁶ Spenthof, 2002, p.14

A bibliografia tem indicado que a nacionalização não se dirige apenas contra os alemães (e/ou os italianos), mas contra tudo o que constitua entrave à difusão do ideário do Estado Novo.

A NACIONALIZAÇÃO EM SERTÃO SANTANA

Em Sertão Santana, os entrevistados narram os acontecimentos decorrentes dos processos repressivos que instalam o medo no seio daquela comunidade, a partir de 1930 e especialmente agravados durante a II Guerra Mundial. Ser alemão ou descendente pode tornar-se um crime sujeito a punição. Passam a ser submetidos a humilhações, discriminações e repressões de tal ordem que, em muitos momentos, da necessidade de serem aceitos em seu próprio país, começam a perder a auto estima e o sentimento de pertença desenvolvido nos anos anteriores.

Referências unânimes são feitas ao Sarg. Pompílio, baiano lá sediado durante os três anos de existência do Tiro de Guerra na localidade. Ele usa os direitos que seu cargo lhe atribui e garante para invadir as residências das famílias descendentes de alemães, sempre de surpresa, esperando encontrar alguém falando o alemão, ou ouvindo as notícias no rádio sintonizado com a Alemanha. Invade as casas a qualquer hora do dia ou da noite em busca de suas presas.

Outro personagem lembrado sem saudade é o sub-delegado Alfonsin. O Sr. Hugo Kehl, sobrinho do primeiro sub-intendente de Sertão Santana, Sr. João Kehl, nomeado para o cargo quando da emancipação de Guaíba, narra que o sub-delegado manda escavar o quintal dos fundos da casa dessa autoridade, em busca de armas inexistentes. Prende diversas pessoas por ouvirem rádio da Alemanha. Recolhe os livros em diversas residências, inclusive os pertencentes a uma tia do Sr. Hugo. Ao terminar a guerra ela vai novamente adquirir alguns livros e, para sua surpresa, encontra os seus próprios à venda em uma loja de Guaíba.

Outra entrevistada, a Sra. Olinda Prass (86 anos) conta-nos que ela e seus familiares tem, então, muito medo das pessoas que vêm para levar o que de melhor eles tem em casa. Ela não sabe identificar essas pessoas. Quando avisados de que eles estão a caminho – os vizinhos avisam-se mutuamente - sua mãe esconde as filhas no mato, entre elas Da. Olinda. Possuem um cavalo que sua família não pode perder. Certa feita, informados da

chegada daquelas pessoas, sua mãe trata de escondê-lo numa sanga mas é surpreendida nesta operação. Ela então implora que não levem aquele cavalo, pois ele é seu instrumento de trabalho, e único. Em vista disto, as autoridades aceitam dinheiro e um pelego em troca do cavalo. É um tempo de muito medo.

Sra. Papcke de casada Opper de solteira, e seu marido Ari Papcke, lembram que os seus pais e avós enterram os livros. Outros os escondem entre as caixas de abelhas. As autoridades levam as bandeiras dos alemães e tudo que represente a antiga pátria. O Sr. Diamantino Vencato (95 anos), descendente de italianos, lembra que durante a guerra a situação torna-se muito difícil para os alemães radicados em Sertão Santana. O sub-delegado Alfonsin põe-se, sorratamente, a escutar no lado de fora das casas, esperando ouvir alguém falar o idioma proibido e, sob qualquer pretexto, invade a residência e leva as pessoas presas, desde crianças até muito idosos.

O Sr. Arthur Bishoff (94 anos) recorda de certa ocasião em que o Sarg. Pompílio prende uma senhora polonesa por estar falando seu idioma natal. Essa senhora é dona de casa, mãe de família, e fica presa muito tempo, tendo de cozinhar para o sargento.

Estes são alguns poucos exemplos de como a repressão se reflete no cotidiano das pessoas em Sertão Santana. As entrevistas apontam também para o fato de que, além das autoridades lá sediadas, o Sag. Pompílio e posteriormente o sub-delegado Alfonsin, ainda visitam a localidade outros elementos vindos de Guaíba, sede do município e, em nome do perigo que eles julgam que os alemães representam, adotam atitudes coercitivas carregadas de barbárie. Os descendentes de alemães, desenvolvendo um processo defensivo, passam a manifestar menosprezo pelos elementos que antes haviam constituído sua identidade, tal como idioma, costumes e até a religião.

O movimento nacionalizado da Ação Integralista Brasileira em Sertão Santana não tem grande adesão e seus adeptos se dispersam após os insucessos nas eleições. Um dos antigos membros da AIB em Sertão Santana, entrevistado para o presente trabalho, considera que a ideologia do integralismo foi mal interpretada no Brasil. Segundo ele, o integralismo não tinha nada a ver com o Eixo. “Deus, pátria e família: pode haver uma doutrina melhor do que esta?” E sugere a leitura de Gustavo Barroso, eminente advogado e jornalista, membro da Academia Brasileira de Letras que, em 1933, aderiu à Ação

Integralista Brasileira (AIB). Essa organização é inspirada no fascismo italiano e dirigida por Plínio Salgado. Desenvolveu, então, intensa militância e foi designado, pelo I Congresso da Organização, comandante geral de suas milícias e membro de seu Conselho Superior. Anti-semita extremado, as idéias de Gustavo Barroso se aproximavam mais do nazismo alemão do que fascismo, diferenciando-se, sob esse aspecto, de Plínio Salgado, o líder máximo da AIB. Apoiou, como toda a AIB, o golpe do Estado Novo. Com o surpreendente fechamento da Ação Integralista por Vargas, logo após a implantação do Estado Novo, passou a conspirar contra o governo. Esteve envolvido no levante integralista de maio de 1938 e, por conta disso, foi preso. Junto com Plínio Salgado, entretanto, foi posteriormente excluído, por falta de provas, do processo judicial que investigava as responsabilidades pelo levante. Ao contrário de Plínio Salgado, porém, não foi obrigado a deixar o país.

TRANSFORMAÇÃO DA IDENTIDADE

Com as práticas coercitivas implantadas pelas autoridades que comandam a localidade, há necessidade de se modificar os hábitos da população de origem germânica para se adaptar à nova realidade imposta, em face da ideologia do Estado Novo. Assim sendo, os elementos constitutivos de sua identidade transformam-se gradualmente, de forma a ser elaborada uma nova identidade.

Os praticantes da religião evangélica, especialmente os mais idosos, acostumados a assistir ao ritual litúrgico em alemão, deploram profundamente a obrigatoriedade da adoção do português nos cultos, enterros, casamentos e demais atividades religiosas. Aos católicos não há alteração pois estão habituados a ter as cerimônias religiosas celebradas em latim e assim elas continuam.

Nas escolas, a obrigatoriedade do ensino em português se faz sentir com dificuldades face a falta de docentes qualificados. Os pastores-professores alemães falam o português com considerável dificuldade. Sob tensão, comunicam-se em alemão quando julgam necessário para a compreensão dos alunos e quando acreditam não haver o perigo de delação. De modo geral, os alunos que vivenciam essa época de transição apresentam problemas de alfabetização deficiente. A longo prazo, entretanto, o impedimento que trouxe o medo, o desamparo, o retraimento apresenta seu lado positivo que resulta no

aprendizado da língua portuguesa. Atualmente, toda população se comunica em português, existindo algumas poucas exceções. O fato de ser considerado antipatriota levou essa população a um parcial abandono do ensino da língua alemã aos seus filhos pequenos, resultando daí o generalizado desconhecimento do idioma que caracteriza boa parte da geração pós-guerra²⁷.

O Pastos Marcus Sander, que atuava na Igreja Evangélica (IECLB, junho 2003) narra que, ao buscarem um pastor para trabalhar naquela comunidade, pedem ao Sínodo Riograndense um pastor que fale o alemão. A pessoa, na IECLB que ouve a solicitação responde em alemão e o solicitante, de Sertão Santana, não compreende. O que este fato nos mostra? Que com a repressão havida durante a II Guerra contra os descendentes de alemães, a auto estima deste povo diminui a ponto de as pessoas se sentirem envergonhadas de suas origens. Com o passar dos anos, com o fim da guerra e do Estado Novo a situação se normaliza e o alemão volta a ser falado por alguns. Outros o esquecem. Outros não querem aprender a falar o idioma.

As sociedades recreativas também são alvo de restrições. Os grupos de tiro-ao-alvo têm suas armas apreendidas, ocasionando assim a dispersão de seus membros. As demais atividades, como bolão, bailes, torneios esportivos, competições, ficam muito reduzidas. É proibido haver a reunião de três ou mais pessoas na rua especialmente sendo descendentes de alemães. Assim, há uma sensível mudança no aspecto da vida social. Mas não se pode deixar de mencionar que, à medida em que a situação volta a se normalizar, é através das relações sociais que tem início a integração com as comunidades vizinhas. Os torneios de bolão e de futebol levam os sertanenses a relacionar-se com comunidades de etnias diferentes das suas e mesmo com os nacionais, e este contato se torna um importante fator de integração.

E, finalmente, é bom lembrar que a população mais humilde e de menor cultura do interior é mais pressionada e coagida do que os habitantes da cidade. Em geral os excessos são cometidos por funcionários policiais ou públicos menos qualificados que, muito mais do que seus chefes, constroem, ameaçam e intimidam a população²⁸.

²⁷ Kipper, 1979, p.56

²⁸ Kipper, 1979, p.56

DO PÓS GUERRA, 1946, À EMANCIPAÇÃO POLÍTICA, 1992

Relegados à condição de cidadãos de segunda classe em decorrência do processo repressivo, só a partir da Constituição²⁹ de 1946 conseguem os brasileiros de descendência alemã, finalmente, igualdade de direitos civis. Desde o início da imigração, por quatro a cinco gerações, os brasileiros não manifestam interesse em integrar-se com os alemães nem os alemães interessam-se em integrar-se aos brasileiros. Este mesmo fenômeno verifica-se em Sertão Santana. Ao término da II Guerra, lentamente, a população volta a falar o alemão, inclusive em locais públicos; os kerbs recuperam sua antiga pujança e novamente se formam grupos de bolão e cantoria. Há, entretanto, um elemento novo: o uso da língua portuguesa. A mudança no sistema escolar e as alterações que surgem nas sociedades ocasionam a modificação de alguns costumes e festejos tradicionais, como também, especialmente, a substituição da língua usual da população, evidenciam que a campanha de nacionalização representa um momento decisivo, um verdadeiro divisor de águas na história das colônias de descendência alemã do Rio Grande do Sul³⁰. Constatase hoje que a nacionalização do ensino revela-se benéfica para a população, pois amplia suas possibilidades e seus horizontes, fornecendo a possibilidade de integração. Entre a população adulta de menos de 50 anos é difícil encontrar alguém que não consiga se comunicar em português.

Todavia, a história da população alemã e de descendência alemã de Sertão Santana, vista através das diversas etapas referidas anteriormente, ou seja, instalação na localidade, Estado Novo, campanha de nacionalização, II Guerra Mundial e que se distinguem como processos contínuos de nacionalização para essa comunidade, ainda aponta fenômenos que continuam a dificultar a integração com os brasileiros. Do ponto de vista dos luso-brasileiros, as marcas registradas dos alemães constituem-se no fato de serem altos, loiros, olhos claros, língua áspera, bebedores de cerveja, partidários de regimes totalitários e desejosos de conquistar por toda a parte o poder social e político³¹. Chamam-nos a todos, “alemães batata”. Por sua vez, os alemães forjaram para si uma imagem simplista do luso-brasileiro: político, preguiçoso, vaidoso, mestiço, “pêlo-duro”. Transferem para estes

²⁹ Roche, 1967, p.707

³⁰ Kipper, 1979, p.56

³¹ Roche, 1967,p.724

elementos toda a sua antipatia e os afastam de seu convívio, pondo em risco qualquer eventual tentativa de união.

À medida que o tempo distancia as lembranças da campanha de nacionalização e da guerra, e o número das gerações educadas nas novas escolas vai aumentando, a tensão torna-se mais tênue. Já não existe nenhuma hostilidade oficial com relação aos colonos, cujo trabalho e papel no desenvolvimento econômico do estado são enormemente reconhecidos.

Em 1990, pelo fato de distritos vizinhos terem buscado sua emancipação, a classe política sertanense começa a pensar em sua própria municipalização. Realizam um plebiscito que abrange o distrito e vizinhos, interessados em se integrarem politicamente, consultando cerca de 9.000 eleitores. A idéia da emancipação obtém 87% de aprovação. O distrito, pertencente a Guaíba, incorpora pequenas áreas de Tapes e São Jerônimo, localizadas ao sul e a oeste respectivamente. O novo município tem sede no núcleo urbano de Sertão Santana e conta com 5.272 habitantes, 912 na área urbana e 4.360 na zona rural. A comunidade demonstra ter consciência de que possuem um município economicamente possível.

No presente momento, entende-se que a territorialidade local de Sertão Santana pode ser apreendida através da valorização de: a) as heranças culturais escritas; b) a educação; c) as festas e d) religião. Adiciona-se, por fim, a economia local e os problemas ambientais como faces da reprodução dos grupos sociais geograficamente mediados. Para tanto, pode-se compartimentar o território sob o ponto de vista de sua dimensão natural, o território sob a perspectiva das relações de poder e da sua condição política, sob o aspecto cultural³² que privilegia as questões relacionadas aos costumes, religião, e demais manifestações culturais, ou seja, heranças culturais que colorem o processo de assimilação, tal como a valorização dos traços étnicos alemães e suas tradições já bastante diluídas ao longo das sucessivas gerações. Neste particular, a Prefeitura Municipal encarrega-se, ela mesma, de prestar uma homenagem aos primeiros colonizadores que desbravaram estas terras, utilizando nos letreiros de prédios públicos, placas indicativas, nomes de escolas, ambulâncias, ônibus-consultórios, ônibus escolares, etc, letras góticas que lembram o antigo alfabeto alemão.

³² Claval, 2002

CONCLUSÃO:

Ao final destas páginas, pensa-se ter analisado o caráter heterogêneo desta antiga colônia, atual município, mostrando as particularidades de sua fixação demográfica e o seu posterior desenvolvimento. Entende-se que há, num primeiro momento, uma desterritorialização dos recém chegados, no sentido de abandono de uma pátria e fixação em outra. Uma nova identidade passa a formar-se à medida em que eles apropriam-se do território, com vistas à criação de laços com o ambiente, o que resulta na construção da identidade sertanense. Com o advento da era Getúlio Vargas, é forçada uma transformação nessa identidade, face ao ideário estadonovista e à campanha de nacionalização.

Fica evidenciado também que os alemães jamais pensaram em voltar para a Alemanha. Os laços sentimentais que mantém com a antiga pátria não foram suficientemente fortes para impedir que aflorasse um intenso patriotismo com o afundamento de navios brasileiros. Com o término da guerra, a adoção da língua portuguesa, a aquisição de costumes brasileiros, a prosperidade devida à alta dos preços agrícolas durante a guerra e depois dela, a ascensão social dos descendentes, foram determinantes para propiciar o crescimento do sentimento de brasilidade entre os colonos.

Quanto às autoridades, já não existe nenhuma hostilidade oficial com relação aos descendentes de alemães, cujo trabalho e papel no desenvolvimento do Estado são devidamente apreciados. Especialmente nestas últimas décadas, quando a importância econômica do Estado é mais acentuada nas regiões onde instalaram-se as antigas colônias alemãs e italianas, hoje municípios, via de regra, altamente industrializados.

Em Sertão Santana verifica-se, atualmente, uma diluição sutil dos sobrenomes das famílias alemãs, o que não significa que lá não se encontrem mais descendentes de alemães. Uma das hipóteses para a ocorrência deste fato é que se trate de uma assimilação assimétrica ocasionada pelos jovens de sexo masculino que saem para fazer seus estudos de terceiro grau em cidades de maior porte e que, geralmente, não retornam. As moças, descendentes das famílias alemãs, casam-se com os rapazes que chegam ao município em busca de oportunidades, em sua maioria de origem luso-brasileira. Desta maneira, aparentemente as famílias tradicionais estão desaparecendo, cedendo lugar aos *pêlo-duros* que chegam e se instalam.

Um registro que não pode ser ignorado é que em todos os níveis de atividade estão representados os descendentes de poloneses tanto quanto os alemães e italianos. Basta verificar os sobrenomes das autoridades municipais, bem como a relação do corpo docente e discente das escolas para comprovar este fato.

Finalmente, como conseqüência dos variados aspectos detectados através das entrevistas que foram feitas, das trocas de idéias com pessoas representativas, tanto sob o aspecto político como intelectual, acredita-se dispor, agora, de instrumentos que possibilitem afirmar que uma nova territorialização está acontecendo em Sertão Santana. O território, colocado numa perspectiva idealista, pode representar uma revalorização da dimensão local quando reforça sua dimensão enquanto representação, e valor simbólico³³. A força de sua carga simbólica é tamanha que, pode-se afirmar, o território é um construtor de identidades, talvez o mais eficaz de todos. Temos em Sertão Santana uma demonstração disso.

Os esforços para manter viva a lembrança do modo como foi colonizada a região convivem com o contínuo fortalecimento dos vínculos com a territorialidade regional e nacional. A população deste município é formada por elementos que identificam-se como sertanenses-brasileiros. Nesta ordem.

BIBLIOGRAFIA

ALEMÃES. **O começo da colonização maciça do Rio Grande**. Disponível em <http://www.riogrande.com.br/historia/colonizacao4_h.htm>. Acesso em janeiro 2003.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse dos Estatutos do Município de Porto Alegre (RS). Porto Alegre. Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

_____. Recenseamento Geral do Brasil. 1º setembro de 1940. Porto Alegre: Serviço Gráfico do IBGE. Tomo I, 1952.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999, 453.

_____. **A geografia cultural e o estado da arte**. ROSENDHAL, Zeny.

³³ Haesbaert, 1997, pg.39

DENIS, Pierre. **A colonização do Rio Grande do Sul**. In: Boletim Geográfico IBGE, v. 9, n. 99, 1951. p.235-242.

DIEGUES Jr., Manoel. **Imigração, urbanização, industrialização. Brasília: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais**, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura, v.5, 1964. p. 234- 242.

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil. Germanismo, Nazismo, Integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. 204 p.

_____. **O integralismo na zona colonial alemã**. In DACANAL, J. H. Org., RS: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 195-233.

_____. **A "nacionalização" no Rio Grande do Sul durante o Estado Novo**. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA (SBPH), 11, Anais da XI Reunião. São Paulo: SBPH. 1991.

FRANCO, Sergio da Costa. **A política de colonização do Rio Grande do Sul**. In: Revista Brasiliense, São Paulo, 1959.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade. A rede "gaúcha" no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997. 293 p.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio**. Geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Editora da Universidade Ufrgs. 2000. 212 p.

HOBBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 230 p.

KIPPER, Maria Hope. **A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz do Sul (1937-1945)**. Santa Cruz do Sul: Apesc, 1979. 60 p.

LANDO, Aldair Marli e BARROS, Eliane Bruxên de. **Capitalismo e Colonização**. In: DACANAL, José; GONZAGA, Sergius. **Os alemães no Rio Grande do Sul. Imigração e Colonização 1980**. Série Documenta 4. Porto Alegre: Mercado Aberto. 95 p.

_____. **A colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. Uma interpretação sociológica. Porto Alegre: Ed. Movimento 1976, p. 96.

LOPEZ, José Roberto. **Cultura Brasileira. Das origens a 1808**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1988. 91 p.

_____. **Cultura Brasileira. De 1808 ao pré-modernismo**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/Ufrgs, 1995. 102p.

LA SALVIA, Flavia; MARODIN, Elizabeth . **Evolução Municipal: uma análise geográfica**. In Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul n° 19, jan/dez 1976. p. 3-27.

_____. **Processo de Colonização do Rio Grande do Sul.** In Boletim Geográfico do RGS nº 17, jan/dez 1974. p.3-43.

MESQUITA, Zilá. **Do território à consciência territorial.** In MESQUITA, Zilá, BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Orgs.) Territórios do cotidiano. Uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Editora da Universidade/EDUNISC, 1995, p.87- 90.

PESAVENTO, Sandra J. **A economia colonial imigrante.** História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Mercado Aberto. 1984

_____. **O imigrante na política rio-grandense.** In DACANAL, J.H. (Org) RS imigração & colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto. P. 156-194.

_____. **Agropecuária colonial e industrialização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 226 p.

PICCOLO, Helga. **Imigração alemã e a formação do Estado Nacional Brasileiro.** Rio Grande do Sul, séc. XIX. Rio de Janeiro. V.10, 1997 p. 165 – 178.

PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934. 293 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo : Editora Ática. 1993. 269 p.

REIS, Sandra da Silva. **Quarta Colônia e Dona Francisca: manifestação de territorialidade, identidade e preservação cultural dos imigrantes italianos e seus descendentes.** 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, programa Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2002.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Agricultura. Diretoria de Terras e Colonização. Legislação de terras públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. s.d.

_____. Secretaria de Agricultura, Divisão de Terras Públicas. Por quem concedidos. v. 5 do Registro Geral (1780 a 1788) de concessão de sesmarias. s.d.

_____. Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Diretoria de Terras e Colonização. 1961.

_____. Revista do Archivo Publico nº 7 e 8 . Colonização – Colônias. Parte 1. Disponibilizada pela Divisão de Terras Públicas . Secretaria de Agricultura.

_____. Secretaria de Educação e Cultura de Sertão Santana. Jornal 10 anos de história. Jornal da Prefeitura Municipal: nº 1 – Prestação de contas de 2001.

_____. Instituto Gaúcho de Reforma Agrária. Divisão de Geografia e Cartografia Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul (Criação de Municípios). IGRA. s.d.

_____. Secretaria de Indústria e Comércio – Turismo RS/4 – Subsídios para a regionalização turística do estado. Porto Alegre. 1986.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul.** Vol I e II. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. 2 v. 850 p.

ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Lobato Correa. **Matrizes da Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001. 144 p.

RÜCKERT, Aldomar. **A trajetória da terra.** Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul - 1827 – 1931. Passo Fundo: Editora Universitária/ Universidade de Passo Fundo. 1997. 201 p.

SCHWALM, Celomar . **Trajétória de uma família de Sertão Santana ao Uruguai.** São Leopoldo: Gráfica Sinodal. 1998. 122 p.

SCRIPTA NOVA. Revista Electronica de Geografia Y Ciências Sociales. Universidad de Barcelona. **A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul.** Disponível em <http://www.rootsweb.com/Alemanha/historia_rs.htm>. Acesso em outubro 2002.

SODRÉ, Nelson W. **Formação Histórica do Brasil.** 10^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 417 p.

STROHAECKER, Tânia Marques. **O mercado de terras de Porto Alegre. Atuação de várias companhias de loteamentos (1890-1945).** In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro. v. 557, n.2, p.101-123. 1995.

SPENTHOF, Odair José. **Nacionalização e Resistência: os alemães em Passo Fundo e Carazinho durante o Estado Novo** Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo. 2002.

WEISSHEIMER, Egidio – **Dificuldades encontradas pelos imigrantes.** Disponível em < crweiss@ig.com.br > Acesso em nov. 2002

